

DEOMAR RIBAS BOGADO

CUT ORIGENS, TRAJETÓRIA, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS FRENTE A ATUAL REALIDADE POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA.

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Economia do Trabalho, do Centro de Pesquisas Econômicas, da Universidade Federal do Paraná sob a orientação do Professor Armando Vaz Sampaio.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURITIBA - 2003

Agradeço a Deus pelo Dom da Vida.

Agradeço a minha esposa e companheira Maria

Consuelo pela compreensão e apoio.

Agradeço ao meu filho Francisco pelo singelo
incentivo.

Agradeço aos professores e professoras que nos
proporcionaram o acesso a novos conhecimentos.

A Áurea, secretaria do CEPEC, que de alguma forma
colaborou nessa jornada.

As e aos colegas, amigas e amigos que no decorrer do curso
os conheci e contribuíram para minha formação.

Ao Professor e orientador Armando Vaz Sampaio, pela
dedicação, carinho e compreensão com que encaminhou esta
proposta de trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. O SURGIMENTO DOS SINDICATOS.....	5
2. BREVE HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL.....	13
2.1. Representação e Estrutura Sindical	16
2.2. Sustentação Financeira.....	17
2.3. Negociação.....	18
2.4. Aprovação da Convenção.....	19
3. FUNDAÇÃO E PROPOSTAS DA CUT.....	20
3.1. A CUT e a Estrutura Sindical.....	21
3.2. Propostas da CUT.....	25
3.3. A Organização da CUT.....	27
3.4. A Trajetória da CUT Desde a CONCLAT.....	29
3.5. Concepção e Prática Sindical.....	39
4. CONSEQÜÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL OFICIAL NO SINDICALISMO CUTISTA.....	40
5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL	43
6. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA CUT FRENTE AO PODER PÚBLICO E À SOCIEDADE	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

Introdução

Este trabalho apresenta as origens, trajetória e propostas da Central Única dos Trabalhadores fundada em 28 de agosto de 1983, bem como do seu funcionamento. A sua fundação é parte de um processo histórico de acumulação de lutas da classe trabalhadora brasileira e que teve a contribuição nos seus primórdios dos imigrantes europeus.

Também, com base nas resoluções do 8 ° Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – em 2003 expor a posição da Central frente ao governo Lula, pois ambos se confundem, e os próprios meios de comunicação de massa, desde a fundação da CUT se encarregaram de promover a confusão entre CUT e PT, notadamente na figura do seu líder e hoje Presidente da República.

1. O SURGIMENTO DOS SINDICATOS

Após a superação da comuna primitiva a história da sociedade humana é marcada pela luta entre explorados e exploradores. Ocorreu no sistema escravista, no modo de produção asiático, no feudalismo e ocorre até hoje no sistema capitalista, o qual é marcado profundamente por esta luta.

A organização sindical surgiu no modo de produção capitalista. A origem da palavra “syndic” é francesa e significa “representante de uma determinada comunidade”. Com a derrota do feudalismo na Europa, o qual teve início a partir do século XVII, surge de um lado a organização da burguesia (derivação de burgos que eram pequenas localidades nos arredores dos feudos) nestas localidades viviam os comerciantes e artífices que originaram os industriais que eram donos dos meios de produção e o proletariado que detinha somente a sua força de trabalho, portanto, única forma de garantir sua sobrevivência era vendendo-a aos donos dos meios de produção. A palavra proletariado, com origem no latim da antiga Roma era para designar as pessoas miseráveis com uma numerosa prole.

Um dirigente da Revolução Russa, de 1917, Lênin, caracterizava o capitalismo como “a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que juntamente com suas famílias mal possam subsistir. Toda a produção acima da quantidade necessária a sua manutenção é apropriada

pelo patrão que constitui seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário.

Compreende-se que os patrões tratem de reduzir o salário; quanto menos entreguem aos operários, mais lucro têm. Em compensação os operários tratam de receber o maior salário possível para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário ”.

É a partir desta luta que surgem as primeiras formas de organização dos trabalhadores. É resultado do esforço para atenuar a exploração. Surge por uma necessidade natural dos assalariados. O capitalista para elevar seus lucros necessita extrair o máximo de mais-valia, que é o trabalho excedente não repassado ao operário na forma de salário. Essa é a lógica do sistema capitalista, na qual a concorrência leva os empresários a uma incessante busca por aumentarem seus lucros promovendo a redução dos custos operacionais e procurando elevar sua produtividade. Os trabalhadores têm a necessidade de lutar para diminuir a taxa da mais-valia, promovendo o aumento do seu poder aquisitivo e por melhores condições de trabalho.

Os sindicatos surgem como centros de organização dos operários, se tornando focos de resistência à exploração dos capitalistas. Em um primeiro momento organizam-se os operários das oficinas e das fábricas, pois são os que produzem diretamente as riquezas. Com o desenvolvimento do capitalismo e conseqüente surgimento de outros setores econômicos a organização dos trabalhadores se generaliza. Para Karl Marx, “se os sindicatos são indispensáveis para a guerra de guerrilhas cotidianas entre capital e trabalho, são também importantes como meio organizado para a abolição do sistema de trabalho assalariado”.

Os primeiros sindicatos organizaram-se na Inglaterra, considerada o berço do capitalismo e também onde aconteceu a primeira revolução burguesa da história e que foi

dirigida por Crowel no ano de 1640. Com a consolidação da burguesia no poder o capitalismo inglês passa a viver um intenso processo de desenvolvimento, com a superação do trabalho artesanal e a partir da introdução das novas máquinas e o surgimento das grandes fábricas. É a partir da metade do século XVII que o capitalismo se expande e passa a predominar.

Com o desenvolvimento do capitalismo, também evidencia-se sua contradição. Para garantir a extração da mais-valia, a burguesia inglesa impôs jornadas de trabalho que atingiam até 16 horas por dia, reduz os salários e as condições de trabalho são precárias. Para atrair um número maior de trabalhadores e conseqüentemente mão-de-obra livre, promoveu nos séculos XVII e XVIII os “cercamentos” no campo, que nada mais era do que a expulsão dos servos das glebas rurais para torná-los “homens livres” e aptos ao trabalho assalariado. Assim constitui-se enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, ao que Marx chamou de “exército industrial de reserva” uma forma de baratear o preço do trabalho promovendo a concorrência.

A consolidação do modo de produção capitalista é marcado também pelas novas máquinas e que também agrava as contradições entre o capital e trabalho. Com estes novos instrumentos, a burguesia atingiu aos artesões e suas corporações, que tinham grande poder de barganha. Pois, assim não necessitava mais da mão-de-obra especializada do artesão; pode também introduzir a mulher e o menor no mercado de trabalho, com salários reduzidos e piores condições de trabalho, promovendo o rebaixamento do nível profissional e cita o depoimento de uma criança de 11 anos a uma comissão do parlamento inglês, em 1816 “Sempre nos batiam se adormecíamos... O capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu dedo polegar, dobrá-la, e dar-lhe nós... . Trabalhei toda a noite, certa vez” (COMMISSIONERS ON EMPLOYMENT OF CHILDREN IN FACTORIES apud HUBERMAN, 1985: 192).

As condições de exploração gerou resistência entre os operários. O processo de luta viveu longas experiências, longo processo de aprendizado até definir que a união é elemento fundamental para se contrapor ao poder dos burgueses. Entre as formas de luta desenvolvida pelo operariado, destacou-se na Inglaterra, em Nottingham, cidade perto de Londres a quebra de máquinas, conhecido por luddismo. A inexperiência da classe operária viu na máquina o seu principal inimigo, pois era visto como responsável pelo desemprego dos trabalhadores especializados e pela inserção da mulher e das crianças nas fábricas.

O operário Ned Ludd, segundo alguns emprestou seu nome ao movimento, era um operário numa oficina e revoltado com os efeitos da revolução industrial, destruiu os teares mecânicos da fábrica, e segundo outros o movimento teve esta denominação devido ao famoso general Ludda, cujas teses eram aceitas pelos operários (RIAZANOV, 1984: 17). Em 1812, o parlamento inglês que nunca tratara da questão dos operários, discutiu o assunto e aprovou uma lei que punia com a pena de morte os “quebradores de máquinas” (HUBERMAN, 1985: 198).

Mas nem assim o movimento luddista foi contido e após quatro anos foi retomado com a quebra de máquinas em Londres, Glasgow, Newcastle, Preston, Dundee. Enquanto quebravam as máquinas os luddistas ingleses costumavam cantar uma música “de pé ficaremos todos/e com firmeza juramos/ quebrar tesouras e válvulas/ e pôr fogo às fábricas daninhas” (HUBERMAN, 1985: 198). Os intelectuais voltaram suas atenções as condições de trabalho e de vida dos operários e alguns compuseram poemas e escritos como “Aos Homens da Inglaterra” (SHELLEY COMPLETE POETICAL WORKS apud HUBERMAN, 1985: 206). Com o passar do tempo o movimento luddista começou a ser superado. A jovem classe operária percebeu que não era a máquina a sua inimiga, mas como era usada pelo patrão. Constatou que estava errada em se contrapor ao desenvolvimento do próprio

conhecimento humano. A própria sociedade isolou o movimento e ficaram reduzidos a pequenos grupos de trabalhadores que destruíam máquinas e espancavam os cientistas que inventavam as máquinas. Na Inglaterra se generalizava o seguro de patrimônio e alguns donos de fábricas foram flagrados destruindo suas máquinas para adquirir outras mais modernas.

Outras formas de luta foram desenvolvidas pela classe operária, como o boicote, que derivou do nome de um oficial inglês com o nome de Sir Boycott e que administrava os negócios do conde Erne. Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados. Não era parte do seu manual negociar com os trabalhadores e estes passaram a fazer o mesmo e fizeram um movimento no povoado para que os moradores não consumissem os produtos do conde Erne o qual passou a amargar enormes prejuízos e para resolver a situação afastou o oficial do cargo. Os operários também passaram a usar o tamanco para danificar as máquinas e assim emperrar a produção, que originou na sabotagem, termo de origem francesa que significa tamanco.

A greve – uma forma de luta mais avançada para pressionar os patrões, é um crescimento na ação da jovem classe proletária. A origem do termo é a Praça da Greve (place de greve), atual Praça do hotel de Ville, em Paris, local onde os operários desempregados ou não, reuniam-se para tratarem de assuntos do trabalho. A greve, instrumento eficaz de luta, se espalhou pelo mundo. Foi tratado pelos defensores da manutenção do sistema capitalista, como mecanismo regulador do mercado, para os anarquistas como um fim em si mesmo e para os revolucionários como uma das principais armas na luta de guerrilha entre capital e trabalho e como poderoso instrumento de elevação da consciência e do nível de organização do proletariado.

Os sindicatos que na Inglaterra têm o nome de trade-unions (união de ofícios) no seu nascedouro estão longe do que conhecemos como sindicato nos dias atuais, com

reconhecimento legal, sede própria, diretores liberados para exercerem seu mandato e também com direito de negociar com seu patrão. Ao surgirem no século XVII são clandestinos e com dificuldades de atuação. Para a burguesia a trade-unions são uma grande ameaça, temem pela coesão dos trabalhadores, que antes estavam dispersos e concorriam entre si pelo emprego. O primeiro registro de uma entidade sindical, que se tem conhecimento é de 1699. A generalização dos sindicatos acontece com o impulso da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII. Em 1799 o parlamento inglês aprovou a combinations laws, lei que proíbe o funcionamento de sindicatos. A primeira lei garantindo a livre organização, associação e funcionamento de entidades de trabalhadores só foi aprovada em 1812, na Câmara dos Lordes, em Londres. Mas mesmo assim a burguesia inglesa e de outros países não digeriu prontamente essa permissão, tanto que além de fazer uso do aparato policial do estado, constituíram grupos particulares. No Estados Unidos, por exemplo, tiveram o bando Pinkerton que se constituiu numa agência de pistoleiros que eram contratados para reprimirem greves e também assassinar lideranças dos operários.

Com o objetivo de se protegerem as trade-unions agiam na clandestinidade. As reuniões eram secretas; não constituíam sede do sindicato, algumas formulavam códigos de participação, como forma de garantir a sobrevivência da entidade e suas lideranças. Era fixada a triagem dos trabalhadores para serem convidados para as reuniões. O sindicato dos têxteis previa um período de observação de até dois anos para avaliar se o trabalhador não era espião, para só depois ser convidado a participar das reuniões. Constituíram também um braço armado para amedrontar os traidores dos trabalhadores.

Com o crescente avanço das trade-unions, sua consolidação e conseqüente direção de mais greves, provocando grandes prejuízos para os capitalistas é que o Parlamento Inglês aprovou em 1824, a primeira lei sobre o direito de organização sindical dos trabalhadores. A

partir de então se organizam em todos os ramos industriais e inicia-se o processo de construção do espírito de solidariedade com a constituição de caixas de resistência para apoiar financeiramente os grevistas.

No ano de 1830 foi fundada a primeira entidade geral dos operários ingleses – Associação Nacional para a Proteção do Trabalho que chegou a ter aproximadamente 100 mil associados e publicava um boletim A Voz do Povo. A vanguarda do movimento naquela época eram os têxteis. Com o avanço da industrialização, em 1866 foi realizado o primeiro congresso internacional das organizações de trabalhadores de vários países. A realização deste congresso representou um grande salto na unidade dos assalariados e culminou com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT conhecida como a Primeira Internacional.

A lei de 1824 possibilitou o avanço da organização sindical a partir da própria pressão dos trabalhadores e indicou uma mudança de estratégia da burguesia inglesa. A burguesia procura novos métodos para controlar o movimento operário.

Não mais conseguindo proibir as trade-unions, ela adota outra forma de repressão. Muitos industriais pressionarão os operários com a exigência de renunciarem a participar das trade-unions para garantirem seu emprego. Com a legalização é possível identificar as lideranças que podem ser cooptadas e corrompidas. O aparato policial do estado continuará sendo usado.

Em 1837-38 o proletariado superou a reivindicação de caráter econômico, passando a desenvolver uma luta política com a elaboração de uma carta reivindicando maiores liberdades políticas, direito de voto para todos, abolição do sistema pelo qual se candidatavam os que tivessem renda, voto secreto. Este movimento denominou-se cartismo o qual expressou

sua luta por liberdades democráticas. Foi reprimido, tendo muitos cartistas sofrido processo criminal e com muitas condenações.

O marco da primeira experiência da classe operária atingir o poder político foi a Comuna de Paris que durou de março ao fim de maio de 1871. Também foi duramente reprimida pelas tropas do exército francês que estiveram prisioneiras das tropas alemãs, entretanto, a burguesia superou suas divergências para combater a organização do proletariado.

Karl Marx, apontou a necessidade da ação política do proletariado para fazer frente aos ataques do capital, generalizando e fundando sindicatos em todos os países e se são indispensáveis para a guerra de guerrilha cotidiana entre o capital e o trabalho são também importantes para a abolição do próprio sistema de trabalho assalariado

Em 1886 a Associação Internacional do Trabalho – AIT levantou a bandeira pela campanha dos três oito – oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de convivência familiar e lazer.

2. BREVE HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

No Brasil as primeiras organizações dos trabalhadores datam em fins de 1800 e início de 1900 com a denominação de Ligas Operárias, com forte influência dos trabalhadores estrangeiros que migraram para o nosso país.

Os primeiros sindicatos a serem reconhecidos foram os rurais no ano de 1903 e os urbanos em 1907. A partir de 1930 com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio os sindicatos passaram a ter funções de poder público (...entidades representativas das forças de trabalho nacional, colocadas sob a existência e proteção do estado....). A organização sindical sofreu a influência do corporativismo e forte interferência estatal em prejuízo da liberdade de organização e de ação.

O movimento sindical brasileiro foi fortemente marcado no governo de Getúlio Vargas: pelo controle que o Estado institucionalizou sobre as entidades sindicais; pelo desmonte que foi desencadeado, pois as associações de trabalhadores eram organismos com estrutura bastante diferenciada da preconizada pela legislação e no seu segundo governo os trabalhadores brasileiros após muita luta e mobilização obtiveram a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que construiu a estrutura sindical na qual o presidente Getúlio Vargas se inspirou na Carta del Lavoro de Mussolini e que marca a negação do conflito, por um lado a CLT garante algumas conquistas mas por outro afirma o atrelamento da estrutura sindical ao Estado. O sindicato era visto como um elemento colaborador, os sindicalistas combativos denominam os que defendem aquela estrutura de pelegos, pois são dirigentes que a frente de suas entidades na mais fazem do que amortecerem os conflitos de suas bases.

Este atrelamento é sentido com bastante ênfase com o golpe militar de 1964 o qual desarticulou e destruiu politicamente o movimento sindical, como resistência a estratégia golpista. Foi um período em que centenas de sindicatos foram invadidos, milhares de

sindicalistas seqüestrados, presos e torturados nos porões da ditadura e em que o patrimônio dos sindicatos foi destruído, tendo sendo atingido especialmente as gráficas e os arquivos históricos das entidades.

O regime militar, não satisfeito e amparado por instrumento jurídico, inclusive na própria CLT, que lhe garantia o controle dos sindicatos pelo estado, interviu em milhares de sindicatos em todo o país e promoveu a cassação dos direitos políticos das lideranças. A interferência do Estado através dos militares golpistas foi ostensiva, promovendo a nomeação de “dirigentes sindicais” comprometidos com o projeto golpista. As eleições sindicais, bem como, as finanças dos sindicatos, foram controlados com riqueza de detalhes e assim os representantes foram legitimados com a conseqüente burocratização e esvaziamento dos sindicatos, com base em fraudes eleitorais e assistencialismo aos associados.

Estas foram as condições para que a ditadura pudesse implantar a política de arrocho salarial, eliminar o regime de estabilidade no emprego e implantar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e conseqüentemente promover o aumento do processo de acumulação da riqueza através da concentração de renda.

Os pelegos que foram nomeados dirigentes sindicais pelos golpistas de 1964, dependeram do poder militar e repressivo para usufruírem da estrutura sindical.

É neste contexto histórico que nasceram as lutas de resistência contra os dirigentes pelegos encastelados nas estruturas sindicais. Os grupos de resistência ao regime se formaram nas igrejas, nas associações de bairro, em pequenos grupos, sob dura e implacável repressão policial. Ao longo deste período, desenvolveram-se as mais diversas formas de luta no interior das fábricas e no campo, nas condições adversas impostas pelos patrões, pelos latifundiários, pela ditadura e ausência absoluta de democracia interna nos sindicatos. A partir desta

realidade, formaram-se as primeiras oposições sindicais que mostraram-se uma forma avançada de resistência combativa organizada nas cidades e no setor dos trabalhadores rurais.

Assim se organizaram pequenos grupos de militantes envolvidos nas Comunidades de Base – CEB's da igreja católica alimentados pela Teologia da Libertação e que se cristalizou na organização das pastorais sociais e com forte vínculo a organização dos trabalhadores na cidade a Pastoral Operária – PO e no campo a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Também estiveram envolvidos na organização da resistência os militantes políticos das organizações e partidos então clandestinos. Todos se destacavam pela vontade política de lutar e durante longo período sob rigorosa clandestinidade. Muitos foram presos, seqüestrados, torturados e assassinados e foi com este quadro de heroísmo e combatividade que se permitiu um acúmulo de experiências políticas. Em uma assembléia dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, o então presidente do Sindicato, Luiz Inácio da Silva, Lula, durante sua fala expressou o sentimento e vontade política daquela categoria que depois se espalharia pelo Brasil em fora “...que ninguém mais ouse duvidar da classe trabalhadora...”, o espaço no estádio da Vila Euclides foi pequeno para conter a vibração dos milhares de trabalhadores que lá estavam concentrados, com a certeza de que a partir daquele momento a vida sindical e política mudaria sensivelmente. Aquela vontade política espontânea de muitos, formação ideológica de tantos outros foi fundamental para a construção e concepção da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

2.1. Representação e Estrutura Sindical

A estrutura sindical vigente é a criada na década de 30 e quem reconhece a existência de uma entidade sindical é o Estado, através do pedido do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho o qual não tem condições de aferir se o registro solicitado tem representatividade. A representação sindical é na verdade uma disputa acirrada, quando em processo eleitoral, o que ganha no voto geralmente assume a direção da entidade sindical, mas muitas vezes, essa disputa acaba no Poder Judiciário, com processos que se arrastam e muitas vezes nem sempre se resolvem nesta esfera.

A criação de novos sindicatos se dá, ou por divisão da base territorial ou de categoria profissional.

Até os anos 80 vigorava o estatuto padrão. Todos os novos sindicatos deviam seguir aquele estatuto. Mas com a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT em 1983, os novos sindicatos foram orientados a constituírem seu próprio estatuto e os que iam se filiando a CUT recebiam formação e orientação para irem alterando seus estatutos. Há casos de sindicatos que aumentaram o número de diretorias para ampliar e garantir uma representação de base, em consonância com o artigo 8º da Constituição Federal que prevê a liberdade e autonomia sindical, entendendo assim que o artigo 522 da CLT estava revogado. Entretanto a partir do fim dos anos 90 os tribunais restabeleceram este e outros artigos da CLT, por ação dos sindicatos e federações patronais, limitando a ação e administração sindical para evitar o abuso de direito no entendimento dos tribunais.. E de encontro ao voto dos tribunais o Supremo Tribunal Federal, que trata de matérias de cunho constitucional, declarou que o artigo 522 e outros da CLT continuam em plena vigência, sem estabelecer súmula da matéria julgada. Assim as empresas não reconhecem a estabilidade dos trabalhadores, em que as entidades sindicais registrem mais de 24 dirigentes para concorrerem em uma eleição sindical.

Os que ficam fora desse número, pois se a chapa insistir em manter mais de 24 dirigentes deve indicar quais trabalhadores devem obter a estabilidade, estão em situação delicada diante dos seus empregadores, pois a campanha é realizada pelas chapas que identifica um a um dos seus integrantes. Vencido o processo eleitoral há o caso das demissões perpetradas pelos empregadores para os componentes da chapa perdedora.

A legislação atual, ainda não reconhece as centrais como entidade sindical.

A representação perante a justiça do trabalho no dissídio coletivo é através de um sindicato, portanto, há o monopólio de representação não sendo levada em conta a sua efetiva representatividade.

2.2. Sustentação Financeira

Existem três contribuições que caracterizam o modelo corporativo. A lei dos anos 30 traz o imposto sindical ou mais conhecida e denominada pelo operariado como “dia do governo”. Este desconto refere-se à um dia laboral e o desconto é efetuado de todo o trabalhador com carteira assinada no mês de março e do valor arrecadado, 60% é repassado aos sindicatos, 15% às federações, 5% às confederações e 20% ao Governo Federal que é destinado para a conta “emprego e salário”. Esta exigência foi criada para garantir a sobrevivência das primeiras associações de classe, na década de 40, e permanece até os nossos dias. As entidades patronais também contribuem, mas a regra é proporcional sobre o capital social.

O regime militar, na década de 70 através da Justiça do Trabalho criou a “contribuição assistencial”, também denominada “taxa de reversão” que ao longo do tempo foi incorporada no processo de negociação na data-base. Esta contribuição é definida em assembléia geral da categoria com o objetivo de custear a campanha salarial. Muitas entidades sindicais diferenciam o percentual de contribuição, dependendo da condição do trabalhador ser ou não

sindicalizado, sendo que alguns sindicatos tem uma contribuição, de 1% para o sócio e 2% para o não sócio sobre o salário-base do mês da data-base. A atual Constituição Federal criou a “contribuição confederativa” conforme o inciso IV no artigo 81: *“A assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em Lei.”*

2.3. Negociação

É feita, de acordo com a lei, uma negociação ao ano, denominada data-base. A data-base foi criada em 1965 como parte da política salarial de reajuste anual, tendo sido seu idealizador o então Ministro do Planejamento, Roberto Campos.

Há duas figuras que é o acordo coletivo que neste caso abrange somente uma empresa e quando toda uma categoria é abrangida, denomina-se convenção coletiva. As cláusulas do acordo ou convenção, tem duração de um ano e devem ser discutidas a cada data-base, pois perdem sua vigência.

Este mecanismo facilita a estratégia das empresas em retirar direitos dos trabalhadores que estão incluídos neste acordo ou convenção. Os trabalhadores e seus sindicatos ficam fragilizados, pois em cada data-base devem, na mesa de negociação manter o já conquistado e ampliar as conquistas.

A legislação não obriga as empresas a fornecerem informações aos sindicatos que o subsidiem para a negociação coletiva. No caso das S/A há a obrigatoriedade da publicação do balanço, entretanto, dependendo da época da sua publicação o mesmo pode trazer informações defasadas. Alguns sindicatos, por força de convenção coletiva, conseguem obter informações como: demissões e admissões.

Os trabalhadores do serviço público, através de seus sindicatos não podem celebrar convenções coletivas por interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição Federal garante o direito de organização sindical, mas há restrições no direito de negociar por parte do Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

2.4. Aprovação da Convenção

A assembléia geral amplamente convocada pelo sindicato aos seus filiados é que representa a categoria, portanto é quem dirá se aceita ou não as bases negociadas pela direção ou comissão de negociação do sindicato. Havendo o conflito, entre a entidade dos trabalhadores e patronal, a justiça do trabalho pode impor uma Sentença Normativa.

No artigo 114, parágrafo 2º da Constituição Federal, diz: “Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitando as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalhador”.

3. FUNDAÇÃO E PROPOSTAS DA CUT

A fundação da CUT representou um marco na história do movimento sindical brasileiro, pois sua concepção identifica-se com a autonomia, liberdade sindical e construção de um novo sindicalismo.

A CUT começou a ser gestada no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, logo depois seguida pela Articulação Nacional dos Movimentos Popular e Sindical – ANAMPOS que culminou em 1981 com a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT e desta conferência alguns sindicalistas saíram convencidos da necessidade de construir uma alternativa a estrutura sindical vigente para atuar por dentro da estrutura oficial e constituíram a Comissão Nacional Pró-CUT que culminou com o congresso de fundação da CUT em 28 de agosto de 1983 no qual foi eleito uma Coordenação Nacional tendo a frente o metalúrgico Jair Meneguelli. No ano de 1984 aconteceu o 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - 1º CONCURT o qual elegeu uma direção e executiva nacional sendo eleito presidente Jair Meneguelli.

A CUT, uma central sindical unitária e classista para lutar pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores e tendo como perspectiva uma sociedade sem exploração com democracia política, social e econômica. O princípio básico que norteou a construção da central é o da defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e específicos dos trabalhadores e do povo explorado em nosso país.

Como uma central sindical unitária e classista, a CUT se orientará pela mais ampla democracia interna em seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão as correntes que atuam no seu interior com unidade na ação e respeito as deliberações.

Durante os preparativos ao 2º CONCUT despontam as disputas ideológicas na Central e durante toda a vida da CUT a mesma será marcada por disputas, antes, durante e após os congressos.

O 8º CONCUT, realizado de 03 a 07 de junho de 2003, no Anhembi em São Paulo, foi a demonstração da necessidade de uma convivência harmoniosa, tanto que as duas principais tendências, Articulação Sindical – Artsind e CUT Socialista e Democrática compõem a direção nacional, sendo o atual presidente Luiz Marinho, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e integrante da corrente Artsind.

3.1. A CUT E A ESTRUTURA SINDICAL

A CUT organizou-se propondo nova estrutura sindical, portanto, combatendo e questionando a estrutura sindical corporativa. Ao longo de sua vida, nos espaços de decisão procura reafirmar os princípios que visam a construção do novo sindicalismo. Mas concretamente o que ocorre é uma adaptação que oscila entre a velha estrutura e os princípios da CUT. Esta situação tem momentos de difícil conjugação, pois há os limites de uma estrutura organizativa ultrapassada, inconciliável com a realidade e o projeto político proposto pela Central.

Apesar disso, muitas oposições foram organizadas e muitos sindicatos foram criados. Atualmente estão filiados 3.341 sindicatos que representam 7.7472.992 milhões de trabalhadores sindicalizados de uma base de 22.520.854, muitas greves foram realizadas por categoria e greve geral convocadas, muitas lutas e conquistas obtidas.

Entre a perspectiva e a realidade, há um cenário que exige mudanças profundas, na postura, na organização, na estrutura e na ação sindical.

Apesar de todas as tentativas no sentido de aperfeiçoar e readequar o projeto organizativo, considerando os entraves da unicidade sindical e cultura corporativa, pode-se

considerar que a CUT pouco avançou rumo ao novo sindicalismo. Todo o acúmulo histórico desde sua fundação, teve como marca o grande número de oposições surgidas da organização de base, da luta pela liberdade e autonomia sindical e o desafio da construção da própria CUT que esteve na “ilegalidade” até 1988, que trouxe ao movimento sindical, a perspectiva da construção de uma Central Sindical sólida e capaz de representar o conjunto da classe trabalhadora no país. Sem, no entanto desmerecer o acúmulo histórico do sindicalismo brasileiro. O processo de organização e construção da CUT nos Estados, e depois nas Regiões por Estado, é sem dúvida um grande desafio e significa acima de tudo a necessidade de criar uma cultura de Central no meio sindical, após um longo período de repressões.

A criação da CUT procura resgatar a necessidade de um profundo trabalho de organização de base, visando a democracia e participação no movimento sindical, e que passa ser a marca do sindicalismo cutista. O Congresso da Central em 1986 optou pela implantação de sua estrutura vertical, onde foi definido que a CUT, passaria a construir Departamentos Estaduais e Nacionais por Ramo de Atividade. Este sistema de organização estava no início da implantação e logo surgiram os questionamentos em relação a estrutura vertical tradicional, como agir nos casos das oposições ganhas pela CUT? Transformaria em Departamentos ou manteria como Federações e Confederações? Este debate permaneceu e foi exaustivo até o início dos anos 90, quando foi deliberado que a organização vertical da CUT, seria como Federação e Confederação da CUT (entidades orgânicas).

O processo de mudanças conjunturais e estruturais ocorrida no país nas últimas décadas e de forma acentuada nos anos 90, exigiram do movimento sindical ações muito mais complexas nos mais diferentes espaços, tanto internos quanto externos ao movimento sindical. Além de continuar dando conta dos desafios históricos para os trabalhadores, surgem novos desafios, decorrentes do processo de reestruturação produtiva, colocando em crise o

sistema fordista e implementando o “modelo japonês”, que promove a terceirização e desemprego em massa, pela precarização do trabalho, primando pela individualização das relações entre os trabalhadores e provocando uma perda da identidade coletiva e de classe. A globalização redimensionou o capital, levando-o a atuar de forma transnacionalizada, com base na política dos blocos econômicos, que foram definidos em grande parte pelas grandes empresas que atuam nos diversos países. Há que se destacar o processo de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas que foi implementado durante os anos 90 anos marcados pela implementação das políticas neoliberais para atender as exigências dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Todo este processo de mudança foi em ritmo acelerado, sem que o movimento sindical conseguisse dar as respostas necessárias, ficando em certos momentos em uma postura defensiva, muito diferente daquela postura de contestação que marcou por muitos anos a atuação sindical cutista.

Além das mudanças estruturais no mundo do trabalho, aconteciam os problemas internos e que exigiam do movimento sindical um conhecimento da realidade de forma a planejar sua estratégia e ações, para poder intervir coerentemente com a prática. Todo o discurso, juntamente com os entraves burocráticos previstos pela estrutura sindical, geraram uma crise de representação.

A conciliação entre a estrutura sindical vigente e a proposta pela estrutura cutista, teve que encontrar alternativas para se inserir nos locais de trabalho como atuar nos institucionais, por exemplo na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPAS que é uma comissão paritária, prevista e garantida por lei, entre outras. Mas isso não foi suficiente, pois tanto as empresas públicas e privadas, fizeram grandes investimentos no local de trabalho, aperfeiçoando o processo de cooptação e exclusão dos trabalhadores e da ação sindical. É preocupante a situação se considerar a possibilidade de mudanças com o fim da unicidade

sindical, com a ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que prevê o direito de liberdade de organização sindical definida pelos trabalhadores, independente do Estado e patrões. E esta é uma bandeira histórica de liberdade e autonomia sindical, mas pouco se fez quanto a sua implementação.

A representação dos trabalhadores a partir dos seus sindicatos é por categoria e com uma base territorial determinada. Esta representação independe da profissão, pois o que prevalece é a atividade econômica na qual o profissional está exercendo sua profissão, por exemplo, se economista e exerce a profissão em um banco será representado pelo sindicato dos bancários. É o sindicato por categoria econômica.

As pessoas que exercem a mesma profissão podem criar o seu sindicato, é a categoria profissional diferenciada. Neste caso, independe da atividade econômica onde é exercida a profissão e pode ocorrer de numa mesma empresa atuarem diversos sindicatos.

A figura do sindicato único ainda prevalece, não podendo haver mais de um sindicato representando a mesma categoria em uma determinada base territorial. Esta é uma imposição legal, destoando da pluralidade sindical que prevê vários sindicatos de acordo com a vontade dos trabalhadores de uma mesma categoria e que neste caso há a crítica por ocorrer a ideologização do sindicato, como ocorre na França.

A lei flexibiliza o sindicato único, permite a criação de categorias diferenciadas através de dissociação ou desdobramento, por exemplo, um sindicato com base territorial em vários municípios numa mesma região ou estadual, um ou mais trabalhadores daquela região, por não sentirem-se representados decidem criar um sindicato municipal ou abrangendo um número menor de cidades.

Há as entidades de grau superior, que estão acima dos sindicatos, são as Federações e Confederações e acima destas existem as centrais sindicais, embora não legalizadas.

Os avanços neste período são inquestionáveis: grandes mobilizações e greves por categorias e por conjunto de categorias, tentativas de greve geral. Ocorreu, além dos avanços políticos o organizativo com o aumento da taxa de sindicalização, bem como de novos sindicatos na agricultura, na unificação e criação de sindicatos do comércio, na categoria dos bancários, no setor dos trabalhadores metalúrgicos com sindicato organizado regionalmente e nacionalmente, na organização dos trabalhadores do setor público, por locais de trabalho com a organização de CIPAS e comissões de saúde.

3.2 PROPOSTAS DA CUT

A Central Única dos Trabalhadores – CUT é uma organização sindical independente, democrática e de massas e em defesa dos trabalhadores. A CUT é organizada por sindicatos de várias categorias com o objetivo de conquistar melhores condições de vida e de trabalho, como: geração de emprego, salário, educação, reforma agrária, saúde, previdência, crédito, política agrícola, etc. A CUT luta, além dos interesses imediatos, pelos interesses históricos dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Ou seja, a construção de uma sociedade democrática e popular, que caminhe rumo à construção do socialismo.

A CUT encaminha suas reivindicações a partir da organização dos trabalhadores urbanos e rurais, do setor privado e público e dos aposentados, que devem estar organizados em seus locais de trabalho, em comissões nas empresas onde trabalham, nos sindicatos, federações e confederações. A proposta é atuar em defesa dos direitos e elaborando alternativas, que devem atender aos interesses dos trabalhadores e dos milhões de excluídos que existem no país.

A CUT nasce das lutas dos trabalhadores, que desde o início do século passado buscam se organizar através de uma Central sindical. Houve várias tentativas e propostas, mas com pouca duração.

A resistência ao regime começou a surgir no movimento sindical através da organização das comissões de fábricas, animadas pelos grupos das comunidades daqueles que despontavam para a militância sindical.

Foi nessa época que começaram a surgir as oposições sindicais o que propiciou a reconquista de muitos sindicatos das mãos dos dirigentes que foram eleitos com o consentimento do regime vigente, ou eram remanescentes das intervenções exercidas pelo estado através do Ministério do Trabalho ou que estavam em concordância com os sindicatos patronais. Estes dirigentes são adjetivados pelo setor combativo do movimento de pelegos, pois amortecem os conflitos. No final do ano de 68 muitas greves aconteceram pelo Brasil em fora.

A partir de 1977 aconteceram vários encontros de trabalhadores organizados em oposições sindicais e no movimento popular. Em 21 de março de 1981, várias entidades da sociedade, sindicatos, federações e associações se reuniram no Sindicato dos Químicos de São Paulo para organizar a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT. Ela foi organizada e realizada em agosto de 1981, em Praia Grande, com mais de cinco mil trabalhadores do campo e da cidade. As bandeiras de luta desta Conferência foram: reforma agrária; estabilidade no emprego; salário mínimo real; congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; saúde para todos; liberdade e autonomia sindical; direito de greve e jornada de 40 horas semanais.

Nesta primeira Conferência foi eleita uma Comissão Nacional pró-CUT a qual apresentou vários problemas. Ocorreu uma divisão entre os sindicalistas combativos e pelegos.

Após várias discussões os sindicalistas combativos decidiram convocar um Congresso de fundação da CUT para o mês de agosto de 1983.

A CUT foi criada para acabar com a velha estrutura sindical viciada, atrelada ao governo, que dividia e divide a classe trabalhadora em diversos sindicatos de base municipal e assistencialistas. A maioria das categorias possui datadas bases diferenciadas e tem o imposto sindical como obrigatório e que sustenta a estrutura sindical. Esta estrutura sindical defende a colaboração entre patrões e trabalhadores e o estado tinha o controle sobre os sindicatos.

Entretanto a CUT defende uma nova organização sindical que seja classista, o que quer dizer, buscar a unificação da classe trabalhadora em defesa dos direitos e interesses e com a perspectiva de uma nova sociedade. Uma organização livre, garantindo a ação dos trabalhadores sem a intervenção do governo e dos patrões, assim os trabalhadores é que devem escolher a sua forma de organização; de forma autônoma, garantindo o não-alinhamento partidário, mas com uma política de unidade de classe, respeitando e considerando as diferentes correntes de opinião; que seja democrática, garantindo a ampla liberdade de expressão e de participação efetiva dos trabalhadores e o pluralismo político que existe no movimento sindical e que seja unitária, defendendo assim a unidade da classe trabalhadora através da ação e por decisão própria dos trabalhadores.

3.3 A ORGANIZAÇÃO DA CUT

A CUT propõe e defende um sindicalismo organizado horizontalmente, que é através da atuação das CUT's Regionais (uma por cada região de cada estado), CUT's Estaduais (uma em cada estado e a CUT Nacional), com o objetivo de representar e unir a classe trabalhadora, independente da categoria a qual pertençam e verticalmente através das organizações de base (organização por local de trabalho – OLT), sindicatos, federações e confederações (ramos de atividades) que estabelecem estratégia de organização e de lutas específicas. Buscam a auto sustentação financeira (o fim do imposto sindical e das taxas confederativas) e a construção de um contrato coletivo de trabalho.

A CUT tem suas decisões em diversas instâncias, as quais são: 1) o Congresso Nacional da CUT – CONCUR, o qual é o fórum máximo de deliberação da Central. Decide o seu rumo, traça estratégias de ação e elege a Direção Nacional. O CONCUR é realizado de três em três anos e os seus delegados e delegadas (pessoas com direito a voz e voto no plenário) são eleitos nas assembleias dos sindicatos, federações e confederações por um sistema proporcional; 2) Plenária Nacional da CUT – PLENCUT – acontece nos anos em que não há congressos. Ela é antecedida pelas Plenárias Estaduais as quais elegem delegados para representarem o estado na PLENCUT. É formada, além dos delegados das plenárias estaduais, pelos membros da Direção Nacional, delegados eleitos pelas Confederações e Federações; 3) a Direção Nacional é composta pelos integrantes da Executiva Nacional, por representantes das CUTs Estaduais e Federações. As reuniões acontecem quatro vezes ao ano e 4) Executiva que é composta por 25 membros efetivos e 7 suplentes. A sua composição é: presidência, vice-presidência, secretaria geral, tesouraria, primeira secretaria, primeira tesouraria, secretarias de política sindical, políticas sociais, relações internacionais, formação, organização, de comunicação, da mulher trabalhadora, responsável pelo escritório da CUT, pela Comissão Nacional da Amazônia e diretores executivos. A Executiva é assessorada pelo Instituto Nacional de Saúde no Trabalho – INST , que é um órgão de assessoria técnica e política para a área de saúde, condições de trabalho e meio ambiente e pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos – DESEP, que é um órgão subordinado a executiva nacional.

A sustentação financeira sempre foi uma preocupação e um problema para os cutistas. A CUT é mantida com a contribuição dos seus sindicatos filiados que contribuem com 10% (dez por cento) da sua receita anual bruta (mensalidades, imposto sindical, taxa assistencial ou confederativa). A maioria dos sindicatos contribui mensalmente e outros semestralmente. O

valor arrecadado é distribuído entre a CUT Nacional, as CUTs Estaduais, para a Estrutura Vertical (Confederações e Federações), para Fundo das CUTs Estaduais e Fundo de Solidariedade.

A filiação a CUT acontece em assembléia dos associados do sindicato que deseja realizar esse ato. Esta assembléia deve ser amplamente convocada e o ponto da pauta da assembléia referente a filiação a CUT deve ser específico e também deve ter a presença de um dirigente da CUT Estadual ou Regional.

3.4. A Trajetória da CUT desde a CONCLAT

No ano de 1982 ocorre uma racha na direção da 1ª CONCLAT em meio ao confronto entre um bloco que queria uma CUT Já e outro que a CUT ficaria para outro dia. O congresso da fundação da CUT que estava definido para este ano é adiado para 1983. Este bloco defendia a atuação dentro da estrutura oficial como ponto de partida para a construção de uma proposta baseada na liberdade e autonomia sindical e era liderado por Luiz Inácio da Silva – Lula, Olívio Dutra e Jacob Bittar. O bloco Unidade Sindical liderado por Joaquinção e Antonio Rogério Magri mantiveram-se na CONCLAT e depois fundaram a CGT.

O ano de 1983 foi marcado por profunda crise econômica e várias categorias realizaram greves. O dia 21 de julho, foi palco da primeira greve geral desde o golpe de 64 motivada pela mobilização de muitas categorias. A Comissão pró-CUT que havia adiado o Congresso de fundação, convoca para os dias 26,27 e 28 de agosto, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Neste Congresso de fundação foi aprovado um estatuto provisório, um plano de lutas e eleita uma coordenação nacional sendo presidente Jair Meneguelli.

Em 1984 acontece as maiores manifestações em todo o país com a campanha das *Diretas Já!*. Calcula-se que tenham reunido mais de 8 milhões de pessoas nas ruas. Mas nem toda a pressão popular foi suficiente para a aprovar a emenda constitucional, que ficou

conhecida como Dante de Oliveira (deputado autor da emenda) que garantiria eleições presidenciais diretas naquele ano. Na noite de 25 de abril ela foi rejeitada pelos parlamentares que cederam a pressão dos militares. Após a derrota da emenda no Congresso Nacional, um setor do Partido Democrático Social – PDS que era a sustentação do governo, articula um bloco ao qual denominam Frente Liberal. É importante lembrar que as Diretas Já! lançou o nome do então governador de Minas Gerais, senhor Tancredo Neves, por todo o território nacional, com o apoio dos meios de comunicação (principalmente a Rede Globo) somada aos demais setores dominantes na sociedade brasileira, alavancaram seu nome, dando destaque ao seu modo sereno, equilibrado, sua trajetória pública que lhe proporcionou uma boa experiência e conseqüentemente o nome ideal para substituir sem sobressaltos o poder militar, uma transição sem risco para os militares que se retiravam da cena política. Entretanto sua eleição aconteceu via Colégio Eleitoral. Foi o primeiro civil eleito para a Presidência da República desde o golpe de 1964. No mês de maio aconteceu a primeira greve dos assalariados rurais do Centro-Sul (greve dos canavieiros em Guariba-SP). Em agosto, de 24 ao dia 26, mais de cinco mil delegados estiveram presentes ao 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – 1º CONCURT, aprovaram um estatuto definitivo e um programa mínimo, sendo priorizada a luta contra o desemprego e pela estabilidade. Foi eleita a primeira direção nacional e uma executiva e Jair Meneguelli, metalúrgico do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo é eleito o primeiro presidente da CUT.

Com o presidente eleito internado é empossado em abril de 1985 o seu vice José Sarney. A Nova República assumiu o governo com uma esperança da parte da população. Todos esperavam melhores dias. E parece que alguns atos apontavam nessa direção, por exemplo, foi proposto o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, mas não demorou

muito para que as forças conservadoras tanto do campo e da cidade fizessem coro contra o PNRA, que sem ser concretizado foi motivo para que os fazendeiros organizassem a União democrática Ruralista – UDR, tendo como seu primeiro presidente Ronaldo Caiado. Neste ano é convocada a Assembléia Nacional Constituinte, mas sem atender os clamores populares que junto com o movimento sindical, representado pela CUT, pediam uma Assembléia exclusiva, soberana. Entretanto foi convocado o Congresso Constituinte. A diferença entre a Assembléia e o Congresso, é que a Assembléia, conforme a proposta dos setores populares, igrejas, movimento sindical, seria independente do Congresso. Os Constituintes seriam eleitos para a elaboração da Carta Magna e após a conclusão dos trabalhos, encerraria os trabalhos da Assembléia e os deputados constituintes voltariam para casa. O mandato seria somente durante a elaboração e aprovação do texto constitucional, enquanto o Congresso Constituinte elaborou, aprovou e continuou exercendo o mandato. Na Assembléia o Congresso manteria suas atividades normalmente antes, durante e após o processo constitucional. Neste ano a CUT lançou uma campanha nacional de luta por: jornada semanal de 40 horas, reajuste trimestral dos salários para fazer frente a inflação que era vigorosa, por reforma agrária e pelo seguro desemprego. Este ano foi marcado por muitas greves de diversas categorias.

O ano seguinte, 1986, é marcado pelo avanço da inflação e conseqüente corrosão dos salários. O governo lança em fevereiro um pacote com diversas medidas econômicas, mas a que impactou junto a população foi o congelamento de preços. O governo congelou os preços pelos valores de um determinado dia anterior ao anúncio das medidas e os salários pela média do último trimestre. E um dos componentes foi a conversão da moeda – cruzeiros para cruzado, e por isso foi denominado Plano Cruzado. A CUT organizou manifestações contrárias as medidas, denunciando o caráter populista, eleitoreiro e que mais uma vez os trabalhadores perderiam. Mas, mesmo muitos sindicalistas, desconfiavam da postura de

denúncia que a Central adotou. O Plano Cruzado I, como ficou conhecido, ajudou a eleger a maioria dos deputados e governadores do PMDB. A apuração das eleições estava por terminar e o governo anunciou novas medidas que ficou conhecido como Plano Cruzado II, o qual liberou os preços e os salários foram mantidos nos níveis de fevereiro. Em uma entrevista, na época, uma autoridade da área econômica, declarou que o governo estava atendendo a reivindicação da CUT e instituindo a livre negociação, as categorias que se sentissem prejudicadas buscassem negociar a recuperação dos salários. Mas na prática, o processo de negociação não é simplório como procurou demonstrar o governo. Com essa atitude conseguiu jogar o movimento sindical representado pela CUT contra a opinião pública. A CUT convoca greve geral para o dia 12 de dezembro. Segundo levantamento efetuado e registrado, 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras cruzaram os braços, retardaram o início dos trabalhos em turno, fizeram manifestações pelas praças e ruas.

Neste ano aconteceu o 2º CONCURTO de 31 de julho a 03 de agosto, no Rio de Janeiro. O plano de lutas aprovado definiu como lutas a serem levadas pelo movimento sindical cutista a contratação coletiva e a implantação da estrutura vertical. Foram criados os departamentos por ramos de atividade, sendo os primeiros: dos bancários, dos metalúrgicos, dos petroleiros, dos químicos e dos trabalhadores em educação.

Na eleição para o congresso constituinte, foi eleito deputado federal constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, com a maior votação individual que um parlamentar obteve, foram mais de 650 mil votos.

Em que pese o movimento sindical e popular ter sido derrotado na proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, obteve uma conquista: poder ser apresentada ao Congresso Constituinte propostas de emendas populares (esta proposta está consagrada no texto constitucional da União, dos Estados e de muitos

municípios) desde que observados alguns critérios para que a proposta tenha força de emenda popular. A CUT fez uma campanha para algumas emendas populares de interesse dos trabalhadores como estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, aposentadoria sem limite de idade e por reforma agrária com uma efetiva política agrícola. Esta campanha foi levada pelos sindicatos filiados e não filiados, teve o apoio de entidades do movimento popular, de setores da igreja católica e outras igrejas cristãs comprometidas e assim a CUT apresentou quase 2 milhões de assinaturas dando assim respaldo as suas propostas de emendas populares. Mas o dito popular “quando a esmola é demais o santo desconfia” prevaleceu. Como o setor popular e sindical mostrava-se organizado, promovendo manifestações, pressionando os parlamentares, a reação dos setores conservadores não tardou e um grupo de parlamentares organizou-se para impedir e promover manifestações contrárias as reivindicações da população, este grupo ficou conhecido por Centrão e era composto por banqueiros, empresários dos diversos setores e latifundiários e assim impedir o avanço e conquistas dos trabalhadores. Este grupo teve como seu expoente o deputado federal por São Paulo Roberto Cardoso Alves, conhecido por Robertão. Este ano ficou marcado para o movimento sindical pelo uso que o governo fez da força militar do estado brasileiro (exército e Marinha) para reprimir as greves dos petroleiros e portuários, logo um governo civil.

Era o ano de 1988 e novamente a CUT ocupava a cena sindical e política no País pois organizava, apoiava e incentivava manifestações e greves, ocorrendo greves nacionais dos eletricitários, petroleiros, bancários e funcionários públicos. É o ano que acontece o 3º CONCUT, de 7 a 11 de setembro, em Belo Horizonte e é aprovado um novo estatuto estabelecendo a realização de congressos nacionais a cada três anos. Acontece a criação da Secretaria de Políticas Sociais e a substituição da Secretaria Rural pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR. Este foi o ano de luto e dor para os defensores

da democracia, da vida harmônica com a natureza (ambientalistas). Por ação e omissão do governo: os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN estavam em greve, com o apoio da população de Volta Redonda, contra a privatização da empresa e o governo mandou o exército invadir as dependências da empresa e os militares que lá entraram fizeram uso das suas armas atirando contra os trabalhadores e assassinando no dia 09 de novembro três trabalhadores – VALMIR Freitas Monteiro (27 anos, com tiro de metralhadora nas costas, WILLIAN Fernandes Leite (22 anos, com tiro de metralhadora no pescoço) e Carlos Augusto BARROSO (19 anos, com esmagamento de crânio). No dia 1º de Maio de 1989, na Praça Juarez Antunes foi erguido um memorial em homenagem aos três operários. Algumas horas após, o memorial foi colocado abaixo pela ação de descontentes com aquela homenagem, uma bomba explodiu no local. Uma ação terrorista que nunca se conheceu os seus executores. Também, neste ano, na noite de 22 de dezembro, em Xapurí, no Acre foi assassinado o líder seringueiro Chico Mendes. O crime foi encomendado e executado por um fazendeiro da região e seus dois filhos, com o apoio de um matador de aluguel. Este crime aconteceu por que Chico Mendes e seus liderados lutavam pela preservação da floresta amazônica. Ele foi um dos fundadores da CUT.

O ano de 1989 prometia ser de elevada efervescência política, pois aconteceria a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Mas antes outros fatos marcaram este ano: o plano verão decretado em fevereiro, mais um com prejuízo aos trabalhadores. Imediatamente a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT (criada em 1986) unem-se e convocam greve geral para os dias 14 e 15 de março e foram contabilizados 35 milhões de trabalhadores que paralisaram suas atividades. Com a eleição presidencial em segundo turno, a CUT a partir de plenárias estaduais que se reuniram para discutir a posição a adotar no segundo turno, definiu por defender o projeto democrático e popular e indica o voto

em Lula. Foi eleito presidente Fernando Collor de Melo com 35 milhões e Lula com 31 milhões.

O resultado eleitoral provocou um abatimento nos militantes sindicais. A expressão do desânimo estava estampado nos rostos.

Ao deixar a presidência da república em março de 1990 José Sarney deixa o índice de inflação em 84,32%. Ao assumir a presidência, Fernando Collor de Melo, então candidato acusava seu adversário de querer confiscar a poupança da população brasileira, assume o papel que denunciava e por decreto confisca a caderneta de poupança, nega a inflação de março a abril para aplicar no cálculo de reajuste dos salários. Em 30 de abril e 01 de maio, os trabalhadores rurais realizam o 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

O segundo ano do mandato do presidente Collor, 1991, é marcado por mobilizações e protestos diante do aumento da inflação, da recessão e do conseqüente desemprego. A CUT realiza de 04 a 08 de setembro o 4º CONCURT, em São Paulo e as deliberações apontam uma Central dirigente de lutas, negociadora e propositiva em defesa dos trabalhadores. Aponta para intervir no processo eleitoral do ano de 1992 e 1994 para esclarecer os trabalhadores sobre os candidatos e na escolha dos representantes.

Em 1992 surgem denúncias de corrupção no governo Collor e logo o esquema montado por Paulo Cesar Farias – PC (responsável pelo caixa da campanha) é denominado PC-Collor. Acontecem manifestações em todo o país e de 15 a 18 de julho realiza-se em São Paulo a 5ª Plenária da CUT a qual aprova um plano de ação e define entre outras ações a sua continuidade no comitê da sociedade civil em defesa da ética na política exigindo “Basta de corrupção!”, “CPI pra valer!” e “Impeachment Já” . Juntamente com as demais entidades sindicais e da sociedade civil a CUT convoca e participa dos diversos atos para mobilizar a

população. Foi no dia 28 de setembro que a Câmara votou e aceitou o processo de impeachment. A 5ª Plenária da CUT deliberou pela filiação à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOLS para “contribuir na necessária redefinição do movimento sindical internacional”. E também deliberou pela organização por local de trabalho – OLT.

Em 1993, o país continua a viver sob o processo inflacionário, com desemprego, recessão e miséria. O Partido dos Trabalhadores – PT propôs uma campanha contra a fome, que pelos dados atingia mais de 32 milhões de pessoas no Brasil em profundo estado de miséria. Foi lançada a campanha Ação da Cidadania – Contra a Fome e a Miséria e coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

O ano de 1994 o país se preparava para viver o momento eleitoral onde se renovaria a Câmara Federal, 2/3 do Senado, as Assembléias Legislativas, elegeria novos governadores de Estado e o Presidente da República. Os setores conservadores e liberais, diante da possibilidade do candidato Lula ser eleito articularam-se em torno do nome de Fernando Henrique Cardoso, ex-embaixador e ex-ministro da economia, o ministro do Real, cargo do qual se desincompatibilizou para concorrer a Presidência da República. O plano real controlou a inflação e provocou a sensação de estabilidade na maioria da população, entretanto os problemas estruturais persistiam, como o desemprego com origem na reestruturação produtiva no campo e na cidade e na reorganização da produção, mantendo e aumentando o estado de miséria dos setores empobrecidos. E diante deste quadro os trabalhadores rurais organizaram, de 9 a 13 de maio, O Grito da Terra Brasil – contra a fome, a miséria e pelo emprego. Esta manifestação envolveu em 23 estados aproximadamente 100 mil trabalhadores, considerada a maior manifestação de massas da história do sindicalismo rural. A manifestação foi organizada por diversas entidades do movimento sindical e social. Foi realizado neste ano o 5º

CONCUT, de 19 a 22 de maio, em São Paulo. Todo o clima do CONCUT foi de unidade e refletiu-se na eleição da nova direção nacional, que teve chapa única, sendo eleito presidente o metalúrgico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do ABC, São Paulo, Vicente Paulo da Silva – Vicentinho. Entre as deliberações destaca-se a defesa de um projeto de desenvolvimento econômico e social. Com referência às eleições presidenciais alguns delegados lançaram manifestações de apoio à candidatura de Lula, entretanto o Congresso deliberou por não apoiar nenhum candidato no primeiro turno. Foi o ano em que reafirmou-se, em função do resultado eleitoral a opção pelo neoliberalismo.

As expectativas para o ano de 1995 eram significativas. Do lado dos trabalhadores, especialmente a CUT se preparava para enfrentar as propostas de reformas apresentadas pelo governo. Vislumbrava-se um período de mobilizações para garantir na reforma constitucional proposta, as aposentadorias por tempo de serviço e a especial. A proposta de mobilização foi de garantir a defesa da soberania nacional e a defesa do patrimônio público e seus trabalhadores. As bandeiras de luta foram a reforma agrária, políticas públicas como saúde, habitação, segurança, além das bandeiras permanentes em defesa do emprego, do salário e pela justa distribuição de renda. O marco para a CUT neste ano foi a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, por ocasião da 7ª Plenária Nacional, ocorrida de 30 de agosto a 02 de setembro, na quadra do Sindicato dos Bancários, em São Paulo. A filiação da CONTAG contribuiu para consolidar a CUT como uma entidade pluralista que busca organizar e unificar as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Os anos seguintes são de luta e mobilização, como por exemplo em 1996, a mobilização dos pequenos agricultores que lutavam por seguro, crédito agrícola e por melhores condições de sobrevivência no campo. Foram organizadas caravanas a Brasília para pressionar os parlamentares a votarem contra o projeto de lei do governo que propunha

mudanças no sistema previdenciário, a reforma da previdência proposta pelo governo de Fernando Henrique. A CUT manteve-se firme na defesa da aposentadoria especial aos professores e da estabilidade do servidor público. 1996 foi marcado pelas lutas permanentes na defesa dos direitos dos trabalhadores. EM 1997 o VI CONCURTO, realizado de 13 a 17 de agosto, aponta para o fortalecimento da estrutura horizontal e vertical a partir do local de trabalho e a construção de sindicatos por ramo, tanto a nível regional ou nacional. Aponta para o aprofundamento da unificação das lutas sociais, tanto que em abril, em Brasília, foi realizada a Conferência Nacional da Terra, do Trabalho e da Cidadania e que foi construída com outros setores do movimento social. No dia 17 de abril, junto como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, promove manifestação contra as reformas neoliberais do governo de Fernando Henrique e em 25 de julho em conjunto com diversos setores do movimento social, organizou o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Terra, Salário, Emprego, Previdência e Cidadania”.

Neste VI CONCURTO foi aprovada uma moção contra a privatização da Petrobrás considerando que como empresa nacional estatal “tem papel econômico e político estratégico na luta pela defesa da soberania nacional, e auto-sustentação da produção de petróleo e seus derivados”. O processo de privatização, conforme a moção, possibilitava a entrega da Petrobrás “às companhias petrolíferas multinacionais e a iniciativa privada”. O período de 1997 a 2000 foi marcado por mobilizações e ações em defesa da cidadania, pela geração de empregos com desenvolvimento sustentável, a construção da estrutura sindical orgânica cutista para aumentar a representatividade dos sindicatos, e a denúncia do governo Fernando Henrique por sua postura neoliberal e contrário aos interesses dos trabalhadores.

3.5 CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL

A CUT se contrapõe a visão dos sindicatos corporativos e atrelados ao Estado, os ditos sindicatos pelegos. A sociedade é dividida em classes e conseqüentemente existem os conflitos, pois os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas são antagônicos. E é dentro desta realidade que o sindicato deve atuar como instrumento de luta da classe trabalhadora, em defesa de suas reivindicações imediatas e de seus objetivos históricos. As reivindicações imediatas são bandeiras como: mais empregos, melhores condições de trabalho, salário que atenda as necessidades do trabalhador e de sua família, direito de acesso a educação, a saúde pública com qualidade, a habitação, transporte público com qualidade entre outras e o objetivo histórico que é a construção de uma sociedade democrática, socialista e com igualdade de oportunidades para todos. Na condição de uma central sindical unitária luta pelos objetivos imediatos e históricos, com a perspectiva de uma sociedade com democracia econômica, social e política. O princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos e reivindicações da classe trabalhadora.

A CUT se orienta por princípios, por mais que não garantidos na legislação mas em seu estatuto, e busca implementá-los, os quais são: 1) sindicalismo classista: é um modelo de sindicalismo que deve assumir a representação, a organização, promover o trabalho de convencimento ou mais usado pelos e pelas dirigentes sindicais – conscientizar e ser efetivamente dirigente, desde os locais de trabalho até a instância máxima que é a direção da CUT Nacional. Portanto deve unificar os trabalhadores na luta contra o capital; 2) sindicalismo democrático deve garantir o princípio da democracia de classe, em todos os níveis de organização e em todas as instâncias com a mais ampla liberdade de expressão. Só a democracia garante a participação efetiva no processo de decisão; 3) sindicalismo de base é o que se organiza a partir do local de trabalho (do chão da fábrica, do ambiente do escritório,

etc), pois é desta forma que se garante a representatividade ao sindicato e força política para que a sua direção encaminhe as lutas representando os trabalhadores; 4) sindicalismo livre e autônomo se organiza a partir da vontade dos trabalhadores, sem a intervenção do Estado ou dos patrões, pois os trabalhadores é que determinarão a forma de organizar-se. A autonomia sindical passa também por não ter nenhum alinhamento com partido político, e credo religioso. E também, do sindicato viabilizar-se financeiramente, sem depender de recursos públicos ou outras formas de convênio financeiro para assim o sindicato ter seu compromisso somente com os trabalhadores e 5) unidade sindical, pois um dos motivos da criação da CUT é o combate a unicidade sindical, quem define a estrutura sindical é o Estado. No entendimento da CUT a unidade da classe trabalhadora é pela ação e decisão dos trabalhadores.

4. Conseqüências da Organização Sindical Oficial no Sindicalismo CUTista

O movimento dos trabalhadores na década de 70 de combate ao sindicalismo pelego ocorreu por dentro da estrutura oficial, pois os sindicatos eram o instrumento legal diante da repressão implacável da ditadura militar. Os sindicatos apesar de serem assistencialistas e verdadeiros aparelhos burocráticos sob o domínio dos pelegos, era um espaço de representação dos trabalhadores. A fundação da CUT, a atuação dos sindicalistas combativos e a conjuntura que começava a se mostrar favorável ao processo de redemocratização revitalizou os sindicatos, levando-os a atuar mais próximo as suas bases, recuperando-se como instrumento de luta e de representação dos trabalhadores.

Mas apesar de toda o avanço organizativo e político, do processo de ruptura em parte da tradição corporativa do sindicalismo, pois o movimento sindical combativo, conseguiu neste espaço de tempo promover grandes mobilizações, como as greves, que tiveram papel estratégico na reorganização sindical. Neste período ocorreu o aumento da sindicalização, os

servidores públicos conquistaram a partir de 1988 a sua livre organização, e a estrutura sindical da unicidade, do imposto sindical e burocrático conseguiu sobreviver limitando a ação sindical.

Esta situação torna o movimento sindical, inclusive muitos filiados à CUT, frágil, pois não conseguem dar respostas ao conjunto dos trabalhadores e a sociedade. Senão vejamos: a) há muitos sindicatos de base municipal e que tem um bastante baixo de filiados, sem se falar no número de trabalhadores na base, como exemplo. Há sindicatos que têm 400 trabalhadores na base e um potencial de filiação de 100. Este sindicato terá pouco ou nenhum recurso financeiro, e se for de servidores municipais, este sindicato não tem o imposto sindical, terá uma capacidade de luta muito baixa, sem falar na imensa dificuldade de articulação e organização da sua base.

E assim temos um grande número pelo Brasil em fora, é desnecessário dizer que estes sindicatos pouco representativos e com baixo poder de mobilização, pouco ou nada representam na economia globalizada em que vivemos.

Podemos constatar que muitos dos sindicatos cutistas dependem do imposto sindical, da taxa confederativa e da taxa assistencial. O imposto sindical não existe para os sindicatos de trabalhadores do setor público, nas empresas estatais e umas poucas categorias de trabalhadores do setor privado. Há, poucos sindicatos do setor privado que recebem o imposto sindical e estabelecem um prazo de devolução ao trabalhador que assim desejar. Conseqüentemente essa situação leva a alguns dirigentes de sindicatos cutistas questionarem o fim deste imposto como hoje o governo propõe: em 3 anos extinguir esta taxa compulsória. É um tema em debate e na ordem do dia na Reforma Sindical e Trabalhista.

O período de altos índices de inflação que o Brasil experimentou, propiciou a reorganização sindical e o desenvolvimento do sindicalismo cutista e de modo geral dos

sindicatos, pois uma das bandeiras de luta durante boa parte de existência da central foi a recuperação das perdas salariais e de luta por conquistar os direitos sociais. Entretanto a representação dos trabalhadores limita-se à categoria profissional, conforme definido em lei (enquadramento sindical) que é um elemento da unicidade sindical.

O avanço tecnológico, o desemprego, o processo de reorganização das empresas, tem demonstrado o quanto os sindicatos perdem de sua capacidade de representação e sua força política. Consequentemente inexistente a organização nos locais de trabalho, exceto no setor público, nas empresas estatais e nos setores de ponta da indústria.

A falta de organização nos locais de trabalho é fruto da repressão dos empregadores e da própria legislação que não garante este direito, mas as direções sindicais também tem sua parcela de responsabilidade, pois por medo de perderem sua liderança, evitam de provocarem essa forma de organização e assim não serem colocados em xeque por novas lideranças. Aproveitando-se desta situação, a política das empresas, tem sido de incentivar a “participação” dos trabalhadores nas decisões e sentido-se valorizado esse trabalhador veste, literalmente, a camisa da empresa, ainda mais que a empresa usa das diversas formas de comunicação, como café da manhã com os diretores ou alguém da direção que exporá a situação da empresa e falará da satisfação de tê-los como seus colaboradores. Podemos observar esta situação ao entrarmos na Loja C& A, que se dirigirem aos seus empregados pelo sistema de som, usando a expressão “sócio número tal” e assim temos outros exemplos. Nestes casos, o trabalhador, muitas vezes nem sabe da existência do seu sindicato, só sabe que um dia do ano ele paga para o governo (imposto sindical), pois a direção do seu sindicato não aparece, não sente a presença no dia-a-dia e nem boletim é distribuído, portanto, esse trabalhador não sente que a solução da sua jornada que extrapola o legalmente permitido, entre outros problemas, passa necessariamente pelo sindicato. As ações e atitudes como estas

adotadas pelas empresas constitui-se em obstáculo a atividade sindical, ainda mais quando essa atividade é de fora da empresa.

Por mais que a CUT procure disseminar a cultura da organização por ramos e da necessidade de conquistar-se o contrato coletivo de trabalho, o máximo que hoje os sindicatos tem conseguido é garantir o já conquistado, pelo fato de muitas das negociações tem se dado empresa por empresa. O debate está em torno da participação nos lucros e resultados – PLR e no banco de horas e que tornam o processo de negociação fraco por falta de organização nos locais de trabalho. Assim o movimento sindical encontra dificuldades para implementar a sua proposta de contratação coletiva de trabalho e da unificação dos sindicatos.

Sem mobilização e a pouca participação nas mobilizações do sindicato, ocorre o distanciamento das direções de suas bases. Como consequência há uma disputa interna maior entre as forças políticas que convivem na entidade, ou até mesmo, entre pessoas da mesmo agrupamento político mas que um arregimenta mais que outro, e aí a disputa passa a ser entre o grupo do fulano contra o grupo do beltrano. E nessa altura os princípios da CUT como democracia, respeito a diversidade, a transparência e a ética, são abandonados.

Estas situações enfraquecem ainda mais o movimento sindical, que fica fragilizado e diante dos desafios da globalização e das mudanças do mundo do trabalho, sente-se impotente e incapaz de mobilizar a sociedade contra a terceirização, à precarização do trabalho, ao desemprego, às novas formas de organização do capital, e sem visibilidade social não são avaliadas pelos patrões.

5. Reestruturação produtiva no Brasil; impactos e desafios para o movimento sindical

Os trabalhadores, após um processo de organização, mobilização e lutas buscando garantir o trabalho e melhores condições de vida, percebem que os capitalistas conseguem se reorganizar e agem rapidamente, com a introdução de novas tecnologias e reorganizando o

trabalho. E como são os donos dos meios de produção, executam tais mudanças sem a interferência dos trabalhadores, bem como, dos seu sindicatos.

Todo o processo de reestruturação, garantiu um salto de produtividade pelo trabalho mais complexo, pois exigem a intensificação das atividades e conseqüentemente uma maior qualificação que vai além da educação formal, pois exige habilidades gerais. Podemos verificar o comportamento dos adolescentes em nossos dias, são exímios ao lidar com equipamentos eletrônicos, é um processo de qualificação muito superior ao de seus pais.

O processo de reestruturação produtiva teve início no anos 80 e aprofundou-se nos anos 90, tendo início no governo do presidente Fernando Collor de Melo. Ele disse em um discurso na época, referindo-se a produção da indústria automobilística “nossos carros são verdadeiras carroças”. Assim inicia-se o processo neoliberal para nos inserirmos na economia globalizada.

A globalização é marca de um processo de desenvolvimento do capitalismo, no qual as fronteiras nacionais não tem sentido, desde as transações financeiras até o processo produtivo. As fábricas de hoje, são na verdade módulos de montagem, pois a peças que dão origem aos produtos são importadas. Mas a globalização não alcançou a classe trabalhadora, pois a liberdade de circulação fica restrita a seu país, em alguns casos dentro dos blocos comerciais que existe.

A inserção do Brasil no mundo globalizado exigiu a desregulamentação da economia. A proteção a indústria nacional por tarifas alfandegárias foi diminuída ou extinta, provocando a quebra de milhares de fábricas, setores produtivos nacionais foram atingidos pela avalanche neoliberal indo a destruição como o setor de calçados e têxtil. O que antes fabricava-se agora deve ser importado, e o exemplo dessa situação foi a importação de máquinas para o setor industrial.

Além do desemprego estrutural (provocado pela eliminação de postos de trabalho), a exigência de qualificação de mão-de-obra é outro elemento que marca esse período. Alguns elementos gerais caracterizam as transformações operadas pelas empresas: 1) introdução em larga escala da informática e da automação. Os trabalhadores passaram a dividir o chão da fábrica com robôs e máquinas computadorizadas. O sistema bancário nacional é um exemplo típico do processo de informatização, hoje, que nos recebe em uma agência bancária é o “trabalhador” auto atendimento, com isto, o número de trabalhadores no sistema bancário reduziu drasticamente; 2) para reduzir custos as empresa adotaram o processo de terceirização. Alguns trabalhadores, deixaram de ser empregados na empresa, essa empresa vende o equipamento para seu ex-empregado e até lhe ajuda com empréstimo caso necessite para viabilizar o negócio e em sua própria casa abre seu negócio. E diz com orgulho que agora ele se manda, entretanto, não pode produzir (na verdade só montará as peças, pois recebe todo o material que comporá o produto final) para outra empresa senão somente para seu ex-empregador e assim trabalhará as vezes até vinte horas por dia, com um detalhe, ele envolve todas as pessoas da família no processo de montagem, entretanto a empresa não tem mais o custo da mão-de-obra deste e de outros empregados; 3) introdução de novas formas de organização e produção e serviços – just-in-time, células de produção; 4) as empresa cortam alguns níveis da hierarquia. Toda a montagem de um produto é acompanhada por todos, em um processo de avaliação aquele trabalhador que por algum motivo não conseguiu acompanhar a célula, time ou qualquer outro nome não será censurado pelo superior imediato, mas pelo seu colega que veste a camisa da empresa. Em um processo de demissão, não é a empresa que demite o trabalhador, mas a célula. E a célula não avalia a condição psíco-social do trabalhador, o que importa é a empresa, tem-se que deixar os problemas particulares no portão ou na porta de entrada. As empresas passaram a investir em treinamento e qualificação

dos trabalhadores, implantação dos programas de qualidade total, que em muitos casos nada mais são do que processo de adestramento do trabalhador ou trabalhadora.; 5) há a introdução do trabalho polivalente, é a operação de várias máquinas ao mesmo tempo.

A tecnologia expressada pela máquina, nos faz pensar que ela é neutra. Entretanto a tecnologia não é neutra, pois expressa determinadas relações sociais em determinado contexto econômico, político e cultural.

Todo o desenvolvimento tecnológico atingiu também a agricultura, promovendo a integração agricultura e indústria, sendo a expressão as agroindústrias, que além de afetar toda a cadeia alimentar, permite a manipulação genética dos alimentos produzidos.

Todo esse processo criou novos valores, novas práticas e dá um novo perfil do trabalhador, integra-se a política da empresa (veste a camisa) ao invés de despender sua energia criativa contra a organização da fábrica o que acabará por afetar o campo da subjetividade.

6. Desafios e Estratégias da CUT Frente ao Poder Público e a Sociedade

A CUT é uma central sindical que tem por objetivo a construção de uma sociedade democrática, com justiça, fraterna, igualitária, conseqüentemente na transformação da sociedade brasileira com a perspectiva socialista. Mas para manter e ampliar as conquistas, é importante participar da disputa política na sociedade com objetivo de transformá-la, colocando-a a serviço dos interesses da maioria da população.

A partir dos interesses da classe trabalhadora a CUT organiza-os para as lutas imediatas e históricas, com a efetiva mobilização, capacitando-os para a disputa da hegemonia política, ideológica e cultural, visando construir uma nova sociedade.

As transformações ocorrida no mundo e relações de trabalho e no sistema de representação sindical, tem sido um desafio constante a CUT nas suas relações com o Estado

nos seus diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), com o capital (representado pelos empresários nacional e internacional) e também com as demais entidades sindicais que identificam-se com o projeto neoliberal.

No 8º CONCUR em suas resoluções é reafirmado a sua origem de princípio de liberdade e autonomia sindical, a sua independência de classe frente ao capital, a autonomia perante o Estado e aos partidos e de garantir efetivamente a democracia nos debates internos e a soberania das assembleias de trabalhadores.

A CUT e outras organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e partidos de esquerda, em especial o PT, constituem historicamente um sujeito político, coletivo e popular. Ambos integram o mesmo campo político de disputa da hegemonia na sociedade, com lutas sociais e políticas que possibilitam transformar esta sociedade, entretanto essa relação entre a CUT e os partidos de esquerda não é de subordinação, mas marcada pela autonomia da organização e política das instituições, com o desafio de qualificar essa relação e compartilhar o projeto de transformação social.

No ano de 2002 a CUT deliberou por apoiar a candidatura Lula por representar os anseios da maioria do povo brasileiro, em especial dos trabalhadores, bem como a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. O compromisso com a vitória do projeto é a partir da posição de autonomia e independência frente aos partidos e ao governo.

A pauta do governo Lula é da inclusão social, tendo como eixo o combate a fome, ao desemprego e analfabetismo e de promover mudanças estruturais no Estado, na política econômica e nas relações internacionais com o objetivo de garantir autonomia política, econômica e social ao Brasil.

Com a vitória de Lula a CUT pode jogar um papel decisivo, pois é um novo momento de disputa de hegemonia com o capitalismo nacional e internacional, portanto, há que evitar de se perder em discussões menores. A estratégia deve ser diferente da utilizada nos governos anteriores, além da dimensão histórica que esta vitória tem, é a primeira vez que o Brasil será dirigido por forças identificadas com as lutas populares, forjado na luta contra a ditadura e resistência ao projeto neoliberal que as forças conservadoras implementaram nos últimos dez anos, retirando direitos e promovendo o processo de privatização em nosso país. Além da herança interna de um país próximo à insolvência, desnacionalizado e em processo de recessão, o atual governo enfrentará internacionalmente a crise e ameaças à humanidade pela postura imperialista que o governo dos Estados Unidos da América – EUA tem agido junto as nações periféricas e o quadro de equilíbrio político, pois a esquerda está em número menor no parlamento e nos governos estaduais.

As esquerdas elegeram o presidente mas não tomam o poder, portanto a CUT deve buscar uma sintonia com o movimento social organizado, para construir uma nova hegemonia com a sustentação da classe trabalhadora organizada e mobilizada.

A CUT deve dialogar com o governo no debate concreto do projeto alternativo e utilizar sua capacidade de mobilização e assim pressionar a partir da base sindical e envolver toda a sociedade civil para a realização do projeto e se contrapor ao cerco que as elites neoliberais promoverão ao governo. Mas para todo um processo de entendimento, deve o governo anunciar a transição para um projeto nacional e popular. Os 4 anos de gestão serão palco de intensa disputa e encarniçada lutas de classes. A CUT deve além de propor, reivindicar espaços de participação, não abrir mão de direitos e conquistas e em caso necessário, utilizar os instrumentos legítimos de luta, como a greve, para reagir às medidas contra o interesse da classe trabalhadora.

Diante desse cenário a CUT deve desempenhar um papel ativo na batalha de idéias se contrapondo ao pensamento único neoliberal, estabelecer uma relação entre o poder político e cidadania baseada na transparência e participação popular e garantir um novo contrato social para o nascimento de uma cultura política. A proposta do contrato social é o de garantir efetivamente a defesa das liberdades civis, dos direitos humanos, a construção de um país efetivamente mais justo, a democratização do Estado e da sociedade.

Por fim, o desafio colocado para a CUT é de garantir um diálogo permanente com o governo tendo por base as resoluções das instâncias da Central, e mediadas pela correlação de forças na sociedade. Inserir-se juntamente com seus sindicatos na disputa de rumos da sociedade e do governo e lutar para a garantir a implementação de um projeto nacional que resulte em melhorias de fato para o povo.

7. Considerações Finais

É necessário acontecer efetivamente o rompimento com a velha estrutura sindical, que ainda está presente no movimento sindical cutista, em função de ter trabalhado o novo sindicalismo a partir dos sindicatos já existentes e conseqüentemente muitos dirigentes se acomodaram e se apegaram as estruturas reproduzindo os velhos vícios (burocratização, distanciamento das bases e desrespeito à democracia), dificultando ações mais amplas em defesa dos interesses dos trabalhadores, contrariando a concepção e princípios cutistas.

Há que combinar o efetivo desenvolvimento e implementação do projeto político e organizativo da CUT, com base na liberdade e autonomia sindical. Isto implica lutar pelo fortalecimento das negociações e da contratação coletiva em todos os níveis. Também é urgente a busca pela auto-sustentação financeira, a partir da ampliação da sindicalização de novos trabalhadores, adequar os recursos às necessidades da luta e à capacidade de arrecadação, pois só assim o movimento sindical se libertará das taxas e contribuições compulsórias, há algumas exceções – sindicatos que fazem a devolução mediante a solicitação dos trabalhadores. Para garantir uma efetiva representação do sindicato cutista é importante a priorização do trabalho de base, o dirigente presente no espaço das empresas, pois assim haverá o fortalecimento da organização, uma correlação de forças mais favorável às lutas da classe trabalhadora na sociedade. Além destas questões internas ao movimento sindical cutista, há o fato do desenvolvimento tecnológico e as novas relações de trabalho impostas pela globalização e que exige uma organização que os dirigentes ainda encontram dificuldades para construir.

Há o fato da existência, bastante salutar pois garante o debate, de um grande número de correntes , mas que por outro lado dificulta a unidade e acaba atrapalhando a luta

sindical. As mudanças capitalistas promoveram mudanças as mais diversas, entretanto, o movimento sindical teve dificuldade para assimilar essas mudanças e que se não acelerar seu processo de assimilação existirá somente como um posto de saúde avançado, fazendo atendimentos aos seus associados de clínica geral, dentistas e também como um clube de campo que oferecerá sua sede campestre para o lazer dos seus associados.

Há muito que se avançar na estrutura sindical, mesmo a proposta pela CUT, pois em seu interior se abrigam muitos dirigentes com os velhos vícios, posturas antidemocráticas, que depõe contra a proposta e ação da Central ao longo destes vinte anos de construção deste novo projeto.

Mas deve partir do movimento sindical a saída da armadilha que constitui a relação patrão e empregado, levando a cabo a proposta de Paul Singer, “organizar os trabalhadores, inclusive os desempregados” para participarem e engrossarem as manifestações de rua, mas principalmente para que ele consiga o seu trabalho, quer dizer um sindicato que se empenhe na geração da renda e que deixe de existir apenas para os com emprego e que passe a ter solidariedade com os que perderam o seu emprego, os informais. O movimento sindical, nacional e internacional tem um papel de elevada importância: compreender o que se passa com a economia e a política, entender a dinâmica do capital e interferir usando as armas da democracia. Há uma enorme tarefa, pois o que está em jogo é a própria sobrevivência da sociedade, portanto, a organização e mobilização deve ocorrer não só do movimento sindical mas de todos os movimentos sociais no sentido de garantir a vida com dignidade.

Na atual conjuntura a CUT tem se comportado bem diante das propostas e encaminhamentos dados pelo governo. Este tom é dado pelo ponto de vista do vice-

presidente da CUT, Wagner Gomes “O FMI não é um bom conselheiro” no qual resgata a ida e a convivência do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI desde 1982. O artigo critica o papel de tutela que este organismo exerce sobre o Brasil. Indica a necessidade do Brasil voltar a crescer, de reencontrar-se com o desenvolvimento e de que este papel só será desempenhado a partir da recuperação da soberania nacional sobre a política econômica e termina recomendando coragem para contrariar os credores e dizer adeus ao FMI.

A Direção Nacional da CUT esteve reunida nos dias 4 e 5 de dezembro deste ano, em São Paulo. Esta reunião, entre várias discussões fez uma análise do governo Lula, apontando os pontos positivos e os que precisam de mudanças urgentes. A redução da taxas de juros, política de ampliar o crédito, como exemplo o empréstimo com desconto em folha proposto pela CUT e transformado em Decreto-Lei e as ações desenvolvidas no âmbito da política internacional são, entre outros, pontos positivos. Mas aponta o desemprego, a queda na renda dos trabalhadores, o aumento da informalidade com impactos importantes sobre o crescimento da violência e da desagregação social como elementos negativos e exigiu que o governo não renove o acordo com o FMI, contrapõe-se a adesão do Brasil ao acordo da ALCA e em conjunto com outras entidades da sociedade civil trabalhará e participará de iniciativas para rejeitá-lo.

Nesta reunião foram apontadas algumas bandeiras como prioridades para o ano de 2004: a mudança do modelo econômico, visando o desenvolvimento com inclusão social; a rejeição de qualquer acordo com o FMI; a reforma agrária; promover campanhas salariais para retomar o poder aquisitivo dos trabalhadores; redução da jornada de trabalho; constituição de frentes de trabalho que possam gerar, pelo menos,

1 milhão de empregos; luta pela educação pública gratuita e de qualidade; a universalização do direito à saúde e das demais políticas pública e uma reforma sindical que garanta um sistema democrático de relações de trabalho “O que estamos defendendo é a velocidade do crescimento e para isso precisamos de medidas emergenciais e por isso achamos que o presidente Lula não deve assinar o acordo com o FMI do jeito que ele está proposto hoje” (Luiz Marinho, presidente da CUT).

A crítica está amena em comparação as notas e manifestações que a CUT divulgava para apresentar sua análise nos governos anteriores. Há o componente de que este governo assumiu sob a plena vigência dos contratos e portanto, qualquer passo em falso, segundo as análises poderia provocar um estrago inimaginável .

Diante do atual quadro a CUT já vislumbra para o próximo ano o debate que será travado em torno da Reforma Sindical e Trabalhista e que está sendo discutido no Fórum Nacional do Trabalho, como e quando extinguir o imposto sindical. Este tema é importante, pois muitos dirigentes se projetaram e se mantêm até hoje no movimento sindical, mesmo em sindicatos cutistas, graças ao imposto sindical. Ele contribui no início da organização sindical no Brasil, para possibilitar a estruturação dos sindicatos, e atualmente é um recurso que pode ser usado para as ações de mobilização e luta das categorias, mas ao longo do tempo provocou a acomodação e a burocratização dos sindicatos, impedindo aos dirigentes de criarem alternativas financeiras para substituí-lo.

Observa-se a distância que existe entre o discurso e a prática dos dirigentes de sindicatos cutistas. Todos são unânimes em defender a democracia, exigir os direitos para os trabalhadores, entretanto, muitos tratam os trabalhadores das entidades sindicais em condição que faz inveja a qualquer empresário capitalista.

A CUT, mesmo com seus 20 anos, ainda é um projeto, um sonho a ser concretizado. Há muito que fazer para que o discurso reflita na prática e ação de um dirigente cutista, pois por enquanto, salvo algumas exceções, é uma utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) RESOLUÇÕES, Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1983.
- 2) RESOLUÇÕES, I Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1984.
- 3) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1985.
- 4) RESOLUÇÕES, II Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1986.
- 5) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1987.
- 6) RESOLUÇÕES, III Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1988.
- 7) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1989.
- 8) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1990.
- 9) RESOLUÇÕES, IV Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1991.
- 10) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1993.
- 11) RESOLUÇÕES, V Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1994.

- 12) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1995.
- 13) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1996.
- 14) RESOLUÇÕES, VI Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1997.
- 15) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1999.
- 16) RESOLUÇÕES, VII Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 2000.
- 17) RESOLUÇÕES, Plenária Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 2002.
- 18) RESOLUÇÕES, VIII Congresso Nacional da CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 2003. (<http://www.cut.org.br/>)
- 19) O QUE É A CUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 1996.
- 20) ESTRUTURA SINDICAL – UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 1988.
- 21) LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL, GESTÃO E SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 1995.
- 22) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **O Sindicalismo no Brasil dos Anos 80**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. 216p.
- 23) ESTATUTO. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores
- 24) HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 20 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 318p.

- 25) RIAZANOV, D. **Marx – Engels E a História do Movimento Operário**. 1 ed. São Paulo: Global, 1984. 191p.
- 26) FEDERAL, Senado. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- 27) SUL, Escola. **Curso de Formação de Dirigentes de Base**. Florianópolis: 1999.